



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A CONCORRENCIA PÚBLICA Nº.
012/2023/CPLO/SUPEL/RO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0009.005088/2023-71/DER/RO

OBJETO: Construção e Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, Drenagem, Meio-fio, Sarjeta e Passeio Público nas Ruas do Município de Rolim de Moura/RO, contendo cinco lotes (Lote 01; Lote 02; Lote 03; Lote 04 e Lote 05), conforme quadro exposto abaixo:

LOTE 01	R\$ 3.694.567,57
LOTE 02	R\$ 5.683.694,01
LOTE 03	R\$ 6.687.729,18
LOTE 04	R\$ 4.826.288,51
LOTE 05	R\$ 6.339.462,45
TOTAL DOS 5 LOTES	R\$ 27.231.741,72

Aos **vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela da **Portaria nº 5 de 16 de janeiro de 2023** e **Portaria nº 143 de 13 de novembro de 2023**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTO LTDA - ME**, contra decisão da Comissão de Licitação que desclassificou sua proposta de preços em Ata de Reunião do dia 01/11/2023, e disponibilizada no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel na mesma data, e análise das contrarrazões apresentadas tempestivamente pela empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**.

I – DAS PRELIMINARES

1) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTO LTDA - ME**, contra o resultado do julgamento das Documentações de Habilitação, referente à **CONCORRENCIA PÚBLICA Nº. 012/2023/CPLO/SUPEL/RO**.

2) CONTRARRAZÕES – A empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA** apresentou tempestivamente suas contrarrazões de recurso.

3) Recurso administrativo com base na [Lei Federal nº 8.666/93](#).

II – DAS FORMALIDADES

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso (ID 0043470672) e o recurso administrativo na íntegra no “site” da SUPEL – www.rondonia.ro.gov.br/supel.

III – DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTO LTDA - ME**, insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou na primeira fase da licitação nos Lotes 01, 02, 03, 04 e 05, por não apresentar a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS/RO, que dispõe acerca de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, aptas à execução de trabalho, nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, descumprido parcialmente assim, o item 16.1, alínea "f" do Edital, por não comprovar quantitativo mínimo de qualificação técnica operacional, para todos os lotes, do serviço de "transporte com caminhão basculante 6 m³ em rodovia com leito natural", bem como por não comprovar capacidade técnica operacional, para todos os lotes, dos serviços de "Piso em concreto 20 mpa preparo mecânico, incluso juntas de dilatação em madeira", "Obra de arte corrente - Bueiros celulares e Galerias", "guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, moldada in loco em trecho reto com extrusora" e "escavação mecanizada de vala com prof. até 1,5 m (média montante e jusante/uma composição por trecho), escavadeira (0,8 m³), larg. de 1,5 m a 2,5 m, em solo de 1ª categoria", descumprido parcialmente assim, o subitem 16.4.4 do Edital, alegando o que segue:

A empresa requerente cita em seu recurso que a Comissão de Licitação não pode criar novos critérios de julgamento sem observância no edital, afirmando que atendeu perfeitamente as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação regular e completa.

Reconhece que nas licitações públicas as empresas devem comprovar sua capacidade técnica operacional, afirmando que *"[...] é através dessa comprovação que se verificam as condições dos licitantes para executarem as atividades pertinentes ao futuro contrato."*

Afirma que *"[...] Cabe a Administração indicar no edital da licitação, qual é a parcela de maior relevância técnica e valor significativo, pois é com base nela que o licitante irá demonstrar sua capacidade técnica."*

Sugere que é comum a Comissão de Licitação usar um mesmo edital em licitações diferentes, não acarretando divergência entre o objeto licitado e o comprovante de capacidade técnica operacional exigido, entretanto, segundo a requerente, poderá ocorrer problemas com o quantitativo. Segundo a empresa requerente *"[...] o edital anterior, que era perfeitamente legal, na sua segunda utilização se torna ilegal, em razão de exigência superior àquela que corresponde ao objeto do edital."*

Ainda que a comprovação da capacidade técnica operacional tem como finalidade comprovar que o licitante tem condições para a execução do contrato, caso declarado vencedor do certame. Porém, segundo a requerente, *"[...] se o objeto não é pertinente, essa segurança não existe e a comprovação de capacidade perde o sentido."*

Segundo a empresa requerente, as exigências para a qualificação técnica operacional contidas no edital, mostra um exagero em pedir, pois são comprovações de irrelevantes para o cumprimento do contrato e realização do objeto.

DO PEDIDO: Requer a empresa **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTO LTDA – ME** que a Comissão de Licitação dê provimento ao recurso interposto, reconsiderando a decisão anteriormente proferida, habilitando-a no presente certame.

IV – DAS CONTRARRAZÕES

Por sua vez, a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA** apresentou suas contrarrazões de recurso, sinalizando o que segue:

Que a empresa **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTO LTDA – ME** suscita em suas razões recursais que atendeu perfeitamente as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação regular e completa. Afirmar que comprovou sua capacidade técnico-profissional, com a apresentação de atestados do desempenho anterior para demonstrar sua capacidade técnica, bem como que houve uma severidade da Administração ao exigir atestado de todos os serviços, até os que a requerente julga menos relevante para o objeto contratual.

Alega a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA** que as razões da requerente não se sustentam, tanto é que no recurso ora apresentado sequer menciona o fato que também foi inabilitada em Ata do dia 01/11/2023, por não apresentar Declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS/RO, que dispõe acerca de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, aptas à execução de trabalho, caracterizando descumprimento do edital.

Descumprindo o item 16.4.4 do edital, onde a empresa participante deverá apresentar atestado de capacidade técnica onde comprove PARA CADA LOTE a execução de obras com características semelhantes ao objeto licitado, apresentando assim recurso frágil, sendo a empresa recorrida.

A empresa contrarrazoante impugna a alegação da requerente, segundo ela eivada de imbróglios, de que foram exigidos atestados de serviços em desconformidade com a licitação, sustentando que "[...] todos os itens correspondem ao objeto do certame."

Portanto, segundo a empresa recorrida, a decisão da Comissão de Licitação em inabilitar a empresa **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTO LTDA – ME** foi proferida dentro dos ditames legais, considerando o incontestado descumprimento ao edital.

IV – DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

Após analisar o recurso interposto, a Comissão de Licitação, com base no [§ 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93](#), **DECIDIU MANTER sua decisão proferida em Ata do dia 01/11/2023**, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no [art. 41, "caput"](#), vinculado as condições do edital. Senão vejamos:

Embora sua defesa fora parcial, pois se manifestou apenas quanto ao fato de ser inabilitada por não ter comprovado aptidão técnica operacional, abstendo-se de apresentar argumentos quanto ao fato de não ter apresentado declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS/RO, que dispõe acerca de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, aptas à execução de trabalho, nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, descumprido parcialmente assim, o item 16.1, alínea "f" do Edital.

Pois bem, quanto aos argumentos apresentados no recurso, a empresa afirma ter atendido perfeitamente as regras contidas no instrumento convocatório, tal afirmativa não procede. A própria requerente contesta o Edital que rege o certame, insinuando que a Comissão poderia ter "aproveitado" um Edital anterior, deixando de adequar os quantitativos exigidos correspondente ao objeto.

Aqui cabe ressaltar que os serviços de engenharia e seus respectivos quantitativos exigidos no item 16.4.4 do Edital, referente a qualificação técnica operacional, estão em conformidade com o item 19.9.1 do Termo de Referência (ID 0041277153).

Outro fato alegado pela empresa requerente, onde afirma que as exigências para comprovação de qualificação técnica são completamente divergente do objeto, mostrando um exagero em pedir, não procede.

Mister frisar que o objeto em tela trata-se de uma obra de pavimentação de grande vulto. A CPLO não pode, e jamais o fez em qualquer certame que conduziu, julgar sob o prisma "dois pesos e uma medida".

Se é exigido no escopo editalício, e se o interessado não usou da prerrogativa prevista no item 14 do Edital (DO DIREITO DE PETIÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO), o instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação ([art. 41 da Lei 8.666/93](#)). Em outras palavras, pode se dizer que, *“nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório”*. Como bem destaca Fernanda Marinela que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação. Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. É por isso que a doutrina postula que o edital é lei interna da licitação, dada a sua estrita associação com ela, conforme previsto no [art. 41 da lei](#).

Salienta-se o Art. 3º da Lei 8.666/93:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

O texto legal prima pela vinculação ao instrumento convocatório como forma de proteger os licitantes de decisões discricionárias dos agentes públicos e garantir a lisura nos processos.

A capacidade técnica operacional é a comprovação de que a empresa licitante, enquanto organização empresarial capaz de realizar o seu empreendimento, já executou, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em característica, quantidade e prazos com o objeto da licitação.

A capacitação técnico-operacional, por sua vez, é bem mais ampla e alcança requisitos empresariais, tais como estrutura administrativa, métodos organizacionais, processos internos de controle de qualidade, etc. Na prática, a qualificação comprovada de um profissional não é suficiente para garantir a experiência operacional da empresa à qual esse profissional esteja vinculado, seja na condição de prestador de serviço ou na condição de sócio, e, conseqüentemente, a qualidade da execução contratual poderá ser comprometida ([Acórdão 2208/2016-TCU-Plenário](#)).

A administração deve ter as garantias necessárias de que a empresa possui as condições técnicas para a boa execução dos serviços. Portanto, o objetivo de se exigir em instrumentos convocatórios públicos atestados de qualificação técnica profissional e/ou operacional é comprovar que a empresa está apta a cumprir as obrigações assumidas com a Administração Pública e, dessa forma, garantir que o serviço seja executado com a devida qualidade.

Constata-se portanto, que a empresa requerente ignorou as regras constantes no instrumento convocatório, quando na verdade o princípio da vinculação ao edital inerente a toda licitação evita não só futuros descumprimentos das normas editalícias, mas também o descumprimento de diverso outros princípios, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Destarte, a CPLO, ao compulsar a documentação de habilitação apresentada pela empresa requerente **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTO LTDA – ME**, constatou que inabilitou a mesma pelos motivos já descritos em Ata anteriormente proferida.

Por fim, quanto aos argumentos contidos nas contrarrazões apresentadas pela empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**, muito bem exalta que a empresa requerente não citou o fato de que também foi inabilitada, por ter descumprido parcialmente o item 16.1, alínea "f" do Edital e de que todos os itens exigidos no item 16.4.4 do instrumento convocatório equivalem ao objeto do certame.

VI – DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação conhece o Recurso Administrativo interposto, para **negar-lhe provimento**, acatando as contrarrazões de recurso, e portanto **MANTER** a decisão

anteriormente proferida em Ata de Reunião datada em 01/11/2023, ou seja, mantém **INABILITADAS** as empresas: **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTO LTDA - ME**, **TERRANORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – EPP** e **RONDONAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**, e **HABILITADA** a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pelo Presidente Substituto e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO, Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas e cinquenta minutos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Presidente Substituto

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

ALINE CRUZ DE OLIVEIRA

Membro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 24/11/2023, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espírito Santo, Presidente**, em 24/11/2023, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Cruz de Oliveira, Membro**, em 24/11/2023, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0043786537** e o código CRC **3BA1DC48**.